

REPÚBLICA¹

Permitir que os Portugueses escolham livremente quem os represente e que o cidadão tenha a possibilidade, por sua própria decisão, a candidatar-se à magistratura suprema são princípios fundamentais de ética republicana. Implicam e envolvem, naturalmente, objectivos democráticos e de justiça social.

Ora, constituem pilares da Saúde Pública de Hoje princípios que permitem assegurar igualdade e equidade no acesso aos cuidados que visam proteger e promover a saúde de todos os cidadãos, das famílias e das comunidades. A desigualdade não é socialmente aceite.

País rural, com a maioria da população analfabeta², Portugal, em 1910, era um país pobre.

A Proclamação da República colocou a prosperidade como objectivo social por todos desejado.

A Saúde Pública é desde logo reconhecida como *“base essencial de todo o progresso económico”* nos termos proclamados pelos médicos reunidos no Congresso de 1911 que, por unanimidade, considerou *“como factores primários do desenvolvimento progressivo económico do país os mecanismos das assistências médica e sanitária”*³.

A valorização do humanismo na perspectiva de dignificar e requalificar as condições de vida, especialmente dos pobres, foi definida como principal prioridade. Os anos seguintes revelaram, porém, a complexidade do processo de desenvolvimento e a intransponibilidade de inesperadas barreiras.

Francisco George

Lisboa, Abril de 2010

[Publicado a 21 de junho de 2015, em www.dgs.pt]

¹ Nota publicada em *Retratos da República* de Veríssimo Dias e Ricardo Faria Paulino, por ocasião das comemorações do I Centenário (2010).

² Taxa de analfabetismo estimada em 70%.

³ Actas do Congresso dos Médicos Municipais promovido pela Associação dos Médicos portugueses em Lisboa, Fevereiro de 1911 que contou com a presença do ministro António José de Almeida e de Ricardo Jorge, então Director-Geral de Saúde.